



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

3ª CÂMARA CÍVEL

146

Agravo regimental na apelação cível n. 303.208-4

Agravante: Banco Triângulo S/A

Agravado: Maria de Lourdes de Lima

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

EMENTA: Agravo regimental na apelação cível – Fungibilidade recursal – Recebimento como recurso de agravo – Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com danos morais – Inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito – Razoabilidade na majoração da indenização para R\$ 10.000,00 – Precedentes do STJ – Recurso a que se nega provimento

1. Inicialmente verifica-se ter o agravante se socorrido de remédio recursal inadequado, porém, em se tratando de recursos com a mesma finalidade, não se trata de erro grosseiro praticado pela parte, razão pela qual se aplica o princípio da fungibilidade recursal para receber o agravo regimental como se recurso de agravo fosse. (Súmula 42 do TJPE).
2. Segundo pacífica jurisprudência do STJ, são razoáveis as indenizações fixadas em até cinquenta salários mínimos, em casos de inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito. Portanto, não se verifica desproporcionalidade na majoração do montante de R\$ 3.000,00 para R\$ 10.000,00.
3. Recurso a que se nega provimento.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Agravo Regimental na Apelação Cível n. 303.208-4, em que figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, na conformidade do relatório, do voto e da ementa que integram este julgado.

Recife, 27.11.14

Eduardo Sertório Canto
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo regimental na apelação cível n. 303.208-4

Agravante: Banco Triângulo S/A

Agravado: Maria de Lourdes de Lima

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

Trata-se de agravo regimental interposto pelo Banco Triângulo S/A contra decisão terminativa de minha lavra. Adoto o relatório da referida decisão:

Ação (fls. 02/15): MARIA DE LOURDES DE LIMA propôs ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais contra BANCO TRIÂNGULO S/A, em virtude de inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito. Segundo a autora, a negativação ocorreu por débito oriundo de contrato inexistente.

Sentença (fls. 59/62): a juíza da Vara Única de Triunfo julgou parcialmente procedente o pedido, declarando inexistente o débito, e condenando o Banco ao pagamento de R\$ 3.000,00 por danos morais, corrigidos monetariamente a partir da sentença e com juros de mora de 1% ao mês a partir do evento danoso. Houve ainda a condenação em custas e honorários advocatícios de 15% sobre o montante indenizatório.

Apelação de Maria de Lourdes (fls. 64/74): Sem preliminares. No mérito, requer a parcial reforma da sentença, no sentido de majorar o montante indenizatório para o valor de R\$ 10.000,00. Em síntese, alega não ter a decisão considerado a intensidade do dano, a capacidade econômica do Banco, e as condições do recorrente.

Contrarrazões (fls. 83/88): O Banco Triângulo S/A pugna pela manutenção da sentença.

Decisão terminativa (fl. 96): esta Relatoria negou seguimento ao apelo, por manifesta improcedência, nos termos do art. 557, caput, do CPC.

Recurso de agravo de Maria de Lourdes (fls. 99/104): Requer seja exercido o juízo de retratação por esta relatoria ou, caso contrário, sejam os autos apresentados em mesa para apreciação colegiada, dando-se provimento ao recurso. Em síntese, alega:

(a) ser irrisório o valor de R\$ 3.000,00 e

(b) não terem sido atendidas as finalidades punitiva e preventiva da indenização.

E acrescento:

Decisão terminativa (fls. 128/129): Esta Relatoria exerceu juízo de retratação, dando provimento ao recurso de agravo, de forma a majorar a indenização de R\$ 3.000,00 para R\$ 10.000,00, adequando-se o valor à jurisprudência dominante do STJ.

Agravo regimental do Banco Triângulo (fls. 132/136): requer o juízo de retratação da decisão agravada ou, não sendo esta possível, o julgamento e provimento do recurso pelo Órgão Colegiado. Em síntese, alega:

- (a) Não poder a indenização causar o enriquecimento ilícito e
- (b) Ser excessivo e desproporcional o valor de R\$ 10.000,00.

É o essencial a relatar. Feito fora de pauta.

Recife, 21.11.14


Eduardo Sertório Canto
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo regimental na apelação cível n. 303.208-4

Agravante: Banco Triângulo S/A

Agravado: Maria de Lourdes de Lima

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

VOTO

Inicialmente verifica-se ter o agravante se socorrido de remédio recursal inadequado, pois, tendo sido proferida decisão terminativa de forma monocrática, por manifesta improcedência, nos termos do art. 557 do CPC, a decisão desafia o recurso de agravo, disciplinado no §1º do mesmo comando legal, e não o agravo regimental.

Em se tratando de recursos com a mesma finalidade, não se trata de erro grosseiro praticado pela parte, razão pela qual se aplica o princípio da fungibilidade recursal para receber o agravo regimental como se recurso de agravo fosse. (Súmula 42 do TJPE).

Por não exercer o juízo de retratação, remeto os autos para julgamento pelo Órgão Colegiado. Verifico ter a decisão agravada ter majorado o valor baseado em precedentes do STJ. Por oportuno, transcrevo-a, com destaques em negrito para os principais tópicos:

Maria requer a majoração da indenização para R\$ 10.000,00, entendendo desarrazoado o valor de R\$ 3.000,00, mantido por esta relatoria em decisão anterior.

Julgo pertinentes os argumentos, razão pela qual exerço o juízo de retratação. Explico. No STJ, já é consolidado o entendimento de serem cabíveis indenizações de até cinquenta salários mínimos nos casos de inscrição indevida. Considerada a extensão desta faixa valorativa, mostra-se irrisório o valor de R\$ 3.000,00, insuficiente para atender as finalidades punitiva, preventiva e reparatória.

Inclusive, o montante de R\$ 10.000,00 já foi adotado pelo referido tribunal. Por oportuno, colaciono os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - RESPONSABILIDADE CIVIL - FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO BANCÁRIO - DANOS MORAIS AUSÊNCIA DE OMISSÕES NO ACÓRDÃO RECORRIDO - REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO - QUANTUM INDENIZATÓRIO - RAZOABILIDADE - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 7/STJ - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO.

1.- Inexistem omissões ou contradições no julgado que confere a devida prestação jurisdicional requerida pela parte, em decisões devidamente fundamentadas.

2.- A convicção a que chegou o Tribunal a quo quanto à existência de dano moral indenizável, decorreu da análise das circunstâncias fáticas peculiares à

causa, cujo reexame é vedado em âmbito de Recurso Especial, a teor do enunciado 7 da Súmula desta Corte.

3.- A intervenção do STJ, Corte de caráter nacional, destinada a firmar interpretação geral do Direito Federal para todo o país e não para a revisão de questões de interesse individual, no caso de questionamento do valor fixado para o dano moral, somente é admissível quando o valor fixado pelo Tribunal de origem, cumprindo o duplo grau de jurisdição, se mostre teratológico, por irrisório ou abusivo.

4.- **Inocorrência de teratologia no caso concreto, em que foi fixado o valor de indenização em R\$ R\$ 10.000,00 (dez mil reais), devido pelo ora Agravante ao autor, a título de danos morais decorrentes de inscrição indevida em cadastro de proteção ao crédito.**

5.- O Agravo não trouxe nenhum argumento novo capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos.

6.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 309.039/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/05/2013, DJe 05/06/2013) (original sem destaques)

E mais:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RESPONSABILIZAÇÃO DO AGRAVANTE. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. SÚMULA 283 DO PRETÓRIO EXCELSO. DANO IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A ausência de impugnação, na petição de recurso especial, de tema essencial e autônomo do acórdão recorrido inviabiliza o conhecimento do mérito recursal, ante o óbice da Súmula 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles." 2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido da desnecessidade, em hipóteses como a dos autos, de comprovação do dano moral, que decorre do próprio fato da inscrição indevida em órgão de restrição ao crédito, operando-se in re ipsa.

3. O entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça é de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso. **Desse modo, não se mostra desproporcional a fixação em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de reparação moral em razão de negativação indevida do nome do agravado, motivo pelo qual não se justifica a excepcional intervenção desta Corte no presente feito, como bem consignado na decisão agravada.**

4. É vedado à parte inovar nas razões do agravo regimental, tendo em vista a ocorrência da preclusão como consequência de a questão não ter sido tratada oportunamente em sede de recurso especial.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 299.836/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 02/05/2013, DJe 11/06/2013) (original sem destaques)

E ainda:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANO MORAL - DECISÃO MONOCRÁTICA DANDO PROVIMENTO AO RECURSO.

165
1

1. Pretensão voltada à redução do valor fixado, nesta Corte, a título de indenização por dano moral, em razão de indevida manutenção do nome do autor em órgão de restrição ao crédito.

Inviabilidade. Valor arbitrado de acordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

2. **Esta Corte firmou o entendimento de que é razoável o valor do dano moral fixado em até 50 salários mínimos para os casos de inscrição inadvertida em cadastros de inadimplentes, devolução indevida de cheques, protesto incabível e outras situações assemelhadas. Precedentes.**

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

Nota: Indenização por dano moral: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

(AgRg no AREsp 238.816/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 02/04/2013, DJe 16/04/2013) (original sem destaques)

Portanto, entendo ser o valor de R\$ 10.000,00 compatível com as finalidades da indenização, além de se enquadrar na jurisprudência dominante do STJ.

Face ao exposto, com base no art. 557, § 1º-A, do CPC, DOU PROVIMENTO ao apelo interposto por Maria de Lourdes de Lima, por estar em consonância com a jurisprudência dominante do STJ.

No mais, vale ressaltar a pacífica jurisprudência do STJ, no sentido de considerar razoáveis as indenizações fixadas em até cinquenta salários mínimos, em casos de inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito. Portanto, não se verifica desproporcionalidade na majoração do montante de R\$ 3.000,00 para R\$ 10.000,00.

Face ao exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao presente recurso de agravo, mantendo-se a decisão agravada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 27.5.17


Eduardo Sertório Canto
Desembargador Relator